

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>19</b>
-------------------------	-----------

## PARTE I – FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

### Capítulo 1

<b>FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS DO CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL .....</b>	<b>25</b>
1.1. O art. 129, inciso VII da CRFB/88: conteúdo normativo, densidade e alcance .....	25
1.2. O art. 144 da CRFB/88: arquitetura constitucional da segurança pública .....	33
1.3. Princípios institucionais do Ministério Público e sua projeção no CEAP .....	39

### Capítulo 2

<b>FUNDAMENTOS INFRACONSTITUCIONAIS.....</b>	<b>45</b>
2.1. Lei Complementar nº 75/1993 e Lei nº 8.625/1993.....	46
2.2. Código de Processo Penal (arts. 4º a 23) e a persecução penal pré-processual.....	51
2.3. Lei nº 12.830/2013 e o espaço do controle externo.....	53
2.4. Resolução nº 1/2010 do Conselho Superior de Polícia (DPF): tentativa de autolimitação do controle externo pelo MPF e sua incapacidade de oponibilidade .....	55

2.4.1. Contexto institucional e função declarada da norma.....	55
2.4.2. Incompatibilidades formais e materiais com a ordem consti- tucional e orgânica.....	58
2.4.3. ADI 5.515 .....	61
2.5. Atos normativos locais: abordagem da temática nos Ministérios Pú- blicos .....	66
2.5.1. Ministério Público Federal .....	67
2.5.1.1. Resolução nº 32 de 1997 do Conselho Superior do Ministério Público Federal .....	67
2.5.1.2. Resolução nº 88 de 2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal .....	71
2.5.1.3. Resolução nº 127 de 2016 do Conselho Superior do Ministério Público Federal .....	80
2.5.1.4. Cenário atual no âmbito do Ministério Público Fe- deral .....	89
2.5.2. Ministério Público do Acre .....	90
2.5.3. Ministério Público de Alagoas .....	93
2.5.4. Ministério Público do Amapá .....	96
2.5.5. Ministério Público do Amazonas.....	98
2.5.6. Ministério Público da Bahia .....	104
2.5.7. Ministério Público do Ceará .....	105
2.5.8. Ministério Público do Espírito Santo .....	108
2.5.9. Ministério Público de Goiás .....	111
2.5.10. Ministério Público do Distrito Federal e Territórios .....	112
2.5.11. Ministério Público do Maranhão .....	114
2.5.12. Ministério Público de Mato Grosso .....	115
2.5.13. Ministério Público de Mato Grosso do Sul .....	117
2.5.14. Ministério Público de Minas Gerais .....	117
2.5.15. Ministério Público do Pará .....	123
2.5.16. Ministério Público da Paraíba .....	124
2.5.17. Ministério Público do Paraná .....	126
2.5.18. Ministério Público de Pernambuco .....	128
2.5.19. Ministério Público do Piauí .....	130
2.5.20. Ministério Público do Rio de Janeiro .....	131
2.5.21. Ministério Público do Rio Grande do Norte.....	131
2.5.22. Ministério Público do Rio Grande do Sul .....	132

2.5.23. Ministério Público de Rondônia .....	134
2.5.24. Ministério Público de Roraima .....	134
2.5.25. Ministério Público de Santa Catarina .....	135
2.5.26. Ministério Público de São Paulo .....	137
2.5.27. Ministério Público de Sergipe .....	141
2.5.28. Ministério Público de Tocantins .....	143

### Capítulo 3

<b>EVOLUÇÃO HISTÓRICA E MODELOS DE REFERÊNCIA .....</b>	<b>145</b>
3.1. Do Ministério Público pré-1988 ao desenho constitucional vigente ....	148
3.2. Experiências estrangeiras selecionadas.....	150
3.2.1. Portugal.....	150
3.2.2. França.....	151
3.2.3. Bolívia .....	153
3.2.4. Alemanha.....	154
3.2.5. Espanha .....	155
3.3. Lições comparadas para o desenho institucional do CEAP .....	156

## PARTE II – ATOS NORMATIVOS DO CNMP

### Capítulo 4

<b>RESOLUÇÃO Nº 20/2007 DO CNMP.....</b>	<b>161</b>
4.1. Finalidades, âmbito e objetos do CEAP.....	164
4.2. Modalidades .....	168
4.3. Visitas ordinárias e extraordinárias, inspeções e relatórios: requisitos mínimos, fluxos e publicidade .....	168
4.4. Poderes, deveres e instrumentos do controle externo da atividade policial.....	171
4.5. Acompanhamento de inquéritos, prazos, requisições e correção de ilegalidades .....	175
4.6. Pontos fortes, lacunas e controvérsias interpretativas.....	177

**Capítulo 5**

**RESOLUÇÃO Nº 279/2023 DO CNMP ..... 181**

- 5.1. Contexto de aprovação (nov.-dez./2023) e objetivos declarados ..... 183
- 5.2. Escopo e conceitos: redefinição das atribuições do MP no CEAP ..... 186
- 5.3. Do exercício do controle externo da atividade policial: objetivos e funções ..... 189
- 5.4. Poderes do MP no controle externo ..... 193
- 5.5. Do avanço quanto às fiscalizações e visitas às unidades policiais ..... 196
  - 5.5.1. O art. 6º como “matriz de auditoria” do CEAP ..... 197
  - 5.5.2. Art. 7º: calendário, semestres de referência e a inovação da visita remota..... 200
  - 5.5.3. Art. 8º: fechamento do ciclo e catálogo de providências ..... 202
  - 5.5.4. Art. 9º: prestação de contas, prazos e governança corretiva... 203
  - 5.5.5. Síntese crítica comparativa com a Resolução nº 20/2007 ..... 204
- 5.6. Do controle das investigações policiais..... 206
- 5.7. Da Letalidade e da Vitimização Policiais. Da Resolução n. 310 de 2025 do CNMP ..... 210
  - 5.7.1. O plano institucional do art. 10 da Resolução nº 279/2023 ..... 213
  - 5.7.2. A Resolução CNMP nº 310/2025: quando o controle externo encontra a exigência de independência, diligência e centralidade das vítimas ..... 218
  - 5.7.3. O ciclo integrado: como as Resoluções nº 279 e nº 310 se re-troalimentam e transformam o CEAP em política institucional com resposta penal qualificada ..... 225
- 5.8. Inovações frente à Resolução nº 20/2007: governança, foco em resultados, padronização e dados..... 227

**PARTE III – ESTRUTURA, COMPETÊNCIA E LIMITE DO CEAP**

**Capítulo 6**

**NATUREZA JURÍDICA E MODALIDADES ..... 233**

- 6.1. Natureza jurídica do CEAP: tutela da legalidade, regularidade e eficiência ..... 233
- 6.2. Modalidades do CEAP: controle difuso e concentrado..... 236

**Capítulo 7**

<b>ATRIBUIÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO CEAP E SUAS FRONTEIRAS .....</b>	<b>241</b>
7.1. Distinção entre controle externo e investigação criminal direta pelo MP .....	241
7.2. Atribuições por ramos ministeriais e por órgãos.....	243
7.2.1. Ministério Público Federal .....	244
7.2.1.1. Polícia Federal .....	244
7.2.1.1.1. Controle difuso: Inquéritos e demais procedimentos .....	246
7.2.1.2. Polícia Rodoviária Federal.....	251
7.2.1.2.1. Controle Difuso .....	254
7.2.1.2.2. Controle Concentrado .....	256
7.2.1.3. Polícia Penal Federal .....	257
7.2.1.4. Força Nacional de Segurança Pública .....	259
7.2.1.6. Polícia Legislativa Federal .....	261
7.2.1.6.1. Controle Difuso e Controle Concentrado ...	262
7.2.1.7. Polícia Ferroviária Federal .....	263
7.2.2. Ministério Público dos Estados e do Distrito Federal e Territórios .....	264
7.2.2.1. Polícia Civil .....	264
7.2.2.2. Polícia Militar .....	265
7.2.2.3. Corpo de Bombeiros militar .....	266
7.2.2.4. Polícia Penal estadual .....	267
7.2.2.5. Guardas municipais .....	268
7.2.2.6. Agentes de trânsito .....	270
7.2.2.7. Polícias municipais .....	271
7.2.3. Ministério Público Militar .....	276
7.3. Relação entre CEAP e corregedorias e ouvidorias policiais: complementaridade e não-substituição .....	277
7.4. Padrões de deferência, cooperação e solução de conflitos de atribuição .....	280
7.5. Cenários amazônicos e fronteiriços: logística, multiagências e cooperação internacional.....	283

## Capítulo 8

<b>PRERROGATIVAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO CEAP .....</b>	<b>287</b>
8.1. Livre ingresso nas unidades policiais .....	288
8.2. Representação à autoridade competente pela adoção de providências para sanar omissão, ou para prevenir ou corrigir ilegalidade ou abuso de poder.....	289
8.3. Acesso às pessoas presas .....	290
8.4. Requisição de informações e/ou de instauração de procedimento policial.....	291
8.5. Acesso às informações, dados, laudos periciais e outros documentos .....	292
8.6. Informações sobre investigação criminal não concluída.....	293
8.7. Receber representações relacionadas ao exercício da atividade policial.....	294

## Capítulo 9

<b>INSTRUMENTOS DO CEAP .....</b>	<b>295</b>
9.1. Requisições (de instauração, diligências, informações) e seus limites .....	296
9.2. Inspeções e visitas técnicas: planejamento, execução e relatório.....	297
9.3. Monitoramento de prazos, prisões e letalidade policial; protocolos de uso da força .....	299
9.4. Controle da prova: cadeia de custódia, perícia e laboratórios oficiais.....	301
9.5. Recomendações, compromissos de ajustamento de condutas e atuação preventiva.....	302
9.6. Limites, efeitos e respostas institucionais no uso dos instrumentos do CEAP .....	304

## Capítulo 10

<b>GARANTIAS, LIMITES E CONTROLE DO CONTROLADOR .....</b>	<b>307</b>
10.1. Legalidade estrita, devido processo e vedação a ingerências indevidas .....	307
10.2. Responsabilidade do MP e accountability (interna e externa) .....	309
10.3. Transparência, proteção de dados e segurança da informação .....	311

**PARTE IV – JURISPRUDÊNCIA,  
ORIENTAÇÕES INTERNAS E ROTEIROS**

**Capítulo 11**

<b>JURISPRUDÊNCIA .....</b>	<b>317</b>
11.1. Tópicos da jurisprudência dos Tribunais Superiores (STF e STJ).....	318
11.1.1. AgInt no REsp n. 1.848.640/PE.....	318
11.1.2. AgRg no REsp n. 1.126.468/DF.....	321
11.1.3. REsp n. 1.365.910/RS .....	324
11.1.4. REsp n. 1.439.193/RJ .....	328
11.1.5. RMS n. 27.652/PR.....	331
11.1.6. HC n. 830.530/SP .....	334
11.1.7. AgInt no REsp n. 1.439.165/RJ.....	343
11.1.8. ARE 1477981 AgR .....	346
11.1.9. ADI 5567.....	349
11.1.10. ADPF 635.....	354
11.2. Efeitos práticos para a atuação finalística .....	362

**Capítulo 12**

<b>ENUNCIADOS DA 7ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL .....</b>	<b>365</b>
12.1. Enunciado nº 1 .....	365
12.2. Enunciado nº 2 .....	366
12.3. Enunciado nº 3 .....	367
12.4. Enunciado nº 4 .....	368
12.5. Enunciado nº 5 .....	369
12.6. Enunciado nº 6 .....	370
12.7. Enunciado nº 7 .....	371
12.8. Enunciado nº 8 .....	373
12.9. Enunciado nº 9 .....	373
12.10. Enunciado nº 10.....	374
12.11. Enunciado nº 11.....	375

**Capítulo 13**

**ORIENTAÇÕES DA 7ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL ..... 377**

13.1. Orientação nº 1 ..... 377

13.2. Orientação nº 2 ..... 379

13.3. Orientação nº 3 ..... 380

13.4. Orientação nº 4 ..... 381

13.5. Orientação nº 5 ..... 383

13.6. Orientação nº 9 ..... 384

13.7. Orientação nº 10 ..... 386

13.8. Orientação nº 11 ..... 387

13.9. Orientação nº 13 ..... 389

13.10. Orientação nº 14 ..... 392

13.11. Orientação nº 15 ..... 394

13.12. Orientação nº 16 ..... 396

13.13. Orientação nº 18 ..... 401

**Capítulo 14**

**ROTEIRO DE INSPEÇÃO E FORMULÁRIOS DO CNMP ..... 405**

14.1. Roteiro de inspeção ordinária: da instauração formal ao fechamento qualificado no âmbito do MPF ..... 406

14.1.1. Instauração do Procedimento Administrativo como eixo estruturante do controle ..... 407

14.1.2. Planejamento técnico da visita e ativação dos formulários oficiais ..... 407

14.1.3. Comunicação explícita dos poderes do CEAP e gestão das expectativas institucionais ..... 408

14.1.4. Ampliação do diagnóstico por meio de escuta interinstitucional ..... 409

14.1.5. Execução da visita e preenchimento do formulário pelo órgão do MP ..... 410

14.1.6. Tratamento das não conformidades e desdobramentos internos ..... 411

14.1.7. Controle de qualidade final e remessa à instância de coordenação ..... 411

14.2. Decifrando os formulários do CNMP.....	412
14.2.1. Formulário de Visita de Inspeção Semestral   Estabelecimento Militar Estadual .....	414
14.2.2. Formulário de Visita de Inspeção Semestral   Delegacia de Polícia Civil .....	418
14.2.3. Formulário de Visita de Inspeção Semestral   Polícia Científica Estadual.....	422
14.2.4. Formulário de Visita de Inspeção Semestral   Unidade de Medicina Legal .....	425
14.2.5. Formulário de Visita de Inspeção Semestral   Superintendência/Delegacia de Polícia Federal .....	429
14.2.6. Formulário de Visita de Inspeção Semestral   Superintendência/Delegacia de Polícia Rodoviária Federal.....	441
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>447</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>451</b>